

## **A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o Trabalho do Serviço Social.**

*Renata Martins Christiano<sup>1</sup>*

*Nilza Rogéria de Andrade Nunes<sup>2</sup>*

### **Resumo:**

O presente estudo apresenta o conceito de família na contemporaneidade considerando as novas estruturas familiares hoje presentes na sociedade e os desafios colocados para a atuação do assistente social. Analisar-se-á mais intimamente as famílias reconstituídas, isto é, a família formada por um casal que já possui filho (os) de outras uniões. Este estudo permitiu concluir que apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo na vida familiar ela permanece transformada em uma pluralidade de formas e a atuação do assistente social no atendimento e acompanhamento às mesmas é compreendida na sua pluralidade colocando para os profissionais o desafio de atuar frente as mais variadas estruturas manifestas na sociedade contemporânea.

**Palavras-Chave:** Novos arranjos familiares, famílias reconstituídas e Serviço Social.

### **The Contemporary Family: The Challenges For The Social Service Work**

### **Abstract:**

The current study presents the concept of family in the contemporary society, considering the new family structures and the challenge for the performance of social assistants. The reconstituted family will be closely analyzed, which means the family formed by a couple that have children from previous relationships. This study concluded that despite the changes in family life over the years, it remains transformed in several ways and the role of the social assistant in attendance and accompaniment these changes is comprehended in its plurality, bringing to the professionals the challenge to perform in front of the most varied structures found in the contemporary society.

**Keywords:** New family structures, reconstituted family, Social Service.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Veiga de Almeida do Rio de Janeiro - email: renata.keke@globo.com

<sup>2</sup> Assistente Social, mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ), doutoranda em Serviço Social (PUC-RIO), professora do Departamento de Serviço Social (PUC-RIO e UVA); coordenadora técnica do Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS - email: rogeria.cedaps@gmail.com

## Introdução

O objetivo deste artigo é abordar os novos arranjos familiares da atualidade e, mais profundamente as famílias reconstituídas. Buscar conhecer se existem desafios no trabalho do Serviço Social com o surgimento e ampliação do conceito de família, além de procurar entender como o profissional do Serviço Social está interpretando essas “novas” demandas, e como direciona o seu trabalho com estas “novas” famílias.

Buscou identificar através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, algumas das transformações sociais que ocorreram e vêm ocorrendo no mundo contemporâneo resultando em modificações na estrutura familiar. Assim, a família não é mais um único modelo, e sim, diversos arranjos familiares encontrados na sociedade. Definiu-se como período inicial deste trabalho a Idade Média<sup>3</sup>, procurando entender quais fatos influenciaram a partir deste período, para a ampliação e transformação das famílias até o momento recente.

As metodologias utilizadas no desenvolvimento do respectivo estudo foram: pesquisa bibliográfica, com o intuito de atingir os objetivos propostos através de leituras de autores, que debatem a temática sobre família, fazendo com isso que se possa adquirir conhecimento necessário para debater e refletir sobre o assunto. Pesquisa via internet, jornais e revistas foram utilizados para uma melhor conceituação do tema, além da pesquisa de campo, realizada através de entrevistas com assistentes sociais que atuam diretamente com famílias na área da assistência social do município do Rio de Janeiro nas seguintes instituições: Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS), Centro Educacional de Ação Comunitária da Criança e do Adolescente Lídia Dos Santos - (CEACA VILA) e a Associação de Assistência às Causas Sociais – (AACS).

---

<sup>3</sup> A Idade Média é compreendida entre os períodos: Alta Idade Média, Idade Média Clássica e Baixa Idade Média que corresponde aos séculos V e XV. Informação retira do site: [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com) acesso em 03/11/2013.

Na sociedade contemporânea encontram-se diversos arranjos familiares, o que conduz a seguinte reflexão de que hoje não é possível considerar apenas um modelo familiar existente na sociedade. Transformações ocorreram como: divórcio, os métodos contraceptivos, o crescimento das indústrias, a entrada da mulher no mercado de trabalho, entre outras tantas mudanças que trouxeram para a família alterações, sendo estas responsáveis pela diversidade de tipos familiares. Deve-se ressaltar que a família não se encontra enfraquecida, pelo contrário, ela vem deixando de ser apenas um único modelo para transformar-se em outros modelos familiares.

Esse trabalho se dispõe a contribuir para uma reflexão teórica na área do Serviço Social voltada para conhecer mais de perto os “novos arranjos familiares” e, conseqüentemente, um melhor conhecimento da família com quem se trabalha todos os dias. Busca-se contribuir para a realização e criação de políticas públicas adequada para cada tipo de família encontrado em nossa sociedade contemporânea.

### **1. Percorrendo a História: A Família e suas Transformações.**

Apresenta-se um cenário histórico na busca de um melhor entendimento sobre a evolução do conceito familiar baseando-se na obra do autor Philippe Ariès<sup>4</sup>. A partir do século XVI iniciava-se uma nova forma de pensar a família.

Segundo Ariès, (1978:154) esta nova fase da família nasce junto com a transformação do tratamento dado à criança, passando ela a existir na vida do adulto com uma relação mais sentimental, pois antes a família não alimentava um sentimento de preocupação tão ativo entre pais e filhos, o que por certo “não significava que os pais não amassem seus filhos”. Surgiu naquela época a descoberta da criança no mundo familiar e a vida em família, não havendo mais a separação entre sentimento familiar e infância.

Verificou-se ainda através das pesquisas geradoras desta obra, que a linhagem era um ponto relevante para a época, pois existia um vínculo solidário a todos os descendentes de um mesmo ancestral.

A linhagem, os bens familiares e a permanência do nome eram as preocupações fundamentais, não havendo nenhuma preocupação com a intimidade. Assim pode-se concluir que ao contrário do sentimento de linhagem da Idade Média “o sentimento de família está ligado a casa, ao governo da casa e à vida da casa”. (ARIÈS, 1978:153).

---

<sup>4</sup> ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978/ ano 2012.

O autor afirma que no período da Idade Média o sentimento que havia mais próximo do comparado ao da família moderna seria o da linhagem, porém bem diferente do sentido que existe hoje no mundo familiar.

Segundo Ariès (1978:189), o sentimento de família modificou-se muito pouco e o que realmente aconteceu foi a extensão dessa mudança para outras camadas da sociedade. Analisa-se que toda a mudança comentada anteriormente se limitou às famílias abastadas, e, mais especificamente, ao contexto europeu.

O cenário brasileiro apresentou também diversas e significativas mudanças na configuração da família patriarcal, em especial a brasileira, era baseada nos moldes das famílias portuguesas que haviam chegado durante o período da colonização no Brasil. Nessa época os colonos eram preocupados apenas com seus próprios interesses e as famílias funcionavam como um verdadeiro clã: viviam mulher, filhos, escravos, parentes e os agregados da família incluindo até mesmo as concubinas e filhos ilegítimos.

Era um modelo de família mais voltado para o isolamento social, não existia intimidade ou privacidade devido ao grande número de pessoas que conviviam na casa grande.

Acrescentamos a contribuição de GUEIROS que denomina família patriarcal conforme abaixo:

“A família na qual os papéis do homem e da mulher e as fronteiras entre público e privado são rigidamente definidos; o amor e o sexo são vividos em instâncias separadas, podendo ser tolerado o adultério por parte do homem e a atribuição de chefe da família é tida como exclusivamente do homem” (2002:107).

Com a chegada da Família Real em 1808, o Brasil passa por um processo de transformação e de urbanização criando uma nova sociedade mais preocupada com o crescimento das cidades, o consumo começou a ser valorizado. A mulher ganha um papel de destaque nessa nova fase da sociedade. As casas ganharam evidência e começa assim uma nova fase de abertura para a vida social, esse processo foi incentivado e preparado pelos médicos da época que ficaram responsáveis por sedimentar os novos padrões de civilidade. (COSTA, apud SILVA e ZACARON, 2004, s/p).

Já no século XIX, esse processo de modernização gerou novas mudanças e questionamentos sobre o modelo centrado no pai e na sua autoridade. Porém nessa época o casamento passa a não ser mais escolhido pelo pai, sendo assim introduzida a fase da família

conjugal moderna<sup>5</sup>, onde há a separação do amor e do sexo e surgem os novos papéis e funções sociais para homens e mulheres (GUEIROS, 2002:107).

Como relata GIDDENS (1993:49-58), o começo da idealização do “romance” e da dicotomia do sexo e do amor romântico<sup>6</sup> foi uma parte da história que expressou grandes mudanças para a vida social como um todo, e principalmente para a história das mulheres. Esse tipo de amor produziu grandes transformações no casamento, nas relações com pais e filhos e na vida social como um todo.

Considera-se a família conjugal moderna como aquela que dá ênfase na intimidade e separa o público do privado, preocupando-se com a privacidade familiar e dos seus integrantes ao pensar em suas particularidades. Chama-se atenção para o fato desse processo não ter acontecido de forma linear e também de não se ter tido uma superação de um “modelo” pelo outro. GUEIROS (2002) acredita que ainda se possa encontrar na sociedade contemporânea os dois modelos existindo dependendo da camada social que à família pertence.

A transformação do modelo familiar patriarcal adveio devido ao progresso da industrialização em que tal família é modificada pela família conjugal moderna, típica do mundo urbano e reduzida ao casal com filhos, na qual a relação conjugal já não possui mais em sua essência a manutenção de uma propriedade comum ou de interesses políticos. É válido mencionar o fato de que alguns autores expandiram seu olhar, não considerando a forma patriarcal de família como a única estrutura familiar encontrada no Brasil no período colonial.

Prado, (1981:37) salienta: “com a industrialização e a produção de bens em grande escala as funções familiares foram se transformando e se restringindo, e hoje podemos indicar como ainda prioritárias e exclusivas”. Ao separar o mundo do trabalho do mundo familiar, acabou-se auxiliando no processo de transformação da família de pública para privada. O meio econômico, a industrialização e a urbanização são as principais influências para as primeiras grandes modificações familiares. (SANTOS, 2005)

Com o desenvolvimento das indústrias nos centros urbanos, começa a oferta pelo trabalho fabril, o que culminou na entrada das mulheres no mercado de trabalho. Esse foi um

---

<sup>5</sup> A família conjugal moderna seria denominada como o que hoje conhecemos por família nuclear (In:Gueiros, 2002).

<sup>6</sup> O amor romântico começou a marcar presença na sociedade no século XVIII. Sobre essa questão ver mais em GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas** – São Paulo: Editora de Universidade Estadual Paulista, 1993. - biblioteca básica.

ponto importante para a transformação da organização familiar, já que naquele momento a mulher não precisava apenas cuidar do lar. Era o início da geração de novos papéis sociais e da divisão de tarefas entre homens e mulheres. Tal fato enfraqueceu, ainda mais, o sistema patriarcal que já estava sendo questionado (SAMARA, 2002).

Com relação a família e o trabalho Hobsbawn, (2002:304-305 apud QUIRINO, 2012:91) nesta mesma direção, nos oferece complemento:

“a grande mudança que afetou a classe operária, e também a maioria dos outros setores das sociedades desenvolvidas no “Breve Século XX”, foi o papel impressionante desempenhado pelas mulheres; sobretudo, as mulheres casadas”.

Entre o período de 1960 e 1970 o uso da pílula anticoncepcional tem um impulso em seu consumo, interferindo diretamente na vida sexual da mulher desta época. A mulher deixou de ter sua vida atrelada a maternidade (SARTI, 2007). A mulher contemporânea assumiu uma nova postura na sociedade, com novas possibilidades, maior autonomia, e novas responsabilidades dentro da sociedade, trazendo uma maior possibilidade, o que acabou transformando os laços familiares e apresentando importantes mudanças na família.

Quanto ao divórcio cabe ressaltar a importância desse assunto para o presente trabalho, pois foi através da legalização do divórcio em 1977<sup>7</sup> que as famílias tiveram direito ao divórcio e puderam reconstituir novas famílias. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012: s/p) conceitua o divórcio como “a dissolução do casamento, ou seja, a separação do marido e da mulher, conferido às partes o direito de novo casamento civil, religioso e/ou outras cláusulas de acordo com a legislação de cada país”.

Não se pode falar em transformações familiares sem mencionar as modificações ocorridas na legislação brasileira ao longo do tempo. Em 1916, a Constituição tratava a família nos moldes patriarcais, centrando a família na dominação patriarcal e estabelecendo diferença entre homens e mulheres (BARSTED, 1987). Já em 1937 tem-se um ganho de expressiva importância, os filhos legítimos e os ilegítimos passam a ter os mesmos direitos.

Com a Constituição Federal de 1988 as alterações passam a ser maiores: ela, a Lei Maior, reconhece a família de forma mais ampla, modificando sua concepção de família centrada apenas no casamento, assegurando uma maior proteção ao casamento, à união

---

<sup>7</sup> “A emenda Constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, permitiu a instauração do divórcio no Brasil e a Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977, o regulamentou.” IBGE (2012) - disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista> acesso dia: 01/09/2013.

estável, e às famílias monoparentais. Reconhece também que todos são iguais perante a lei, com igualdade de direitos e obrigações, igualdade entre os filhos que já havia sido reconhecida na Constituição anterior, o divórcio passa a ser simplificado, trazendo preocupação com a dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável.

Muitas mudanças ocorreram de suma importância para a compreensão da nossa conjuntura atual como a possibilidade de divórcio, aumento do número de casais sem filhos, a diminuição da nupcialidade, idosos casando-se novamente, o crescimento de outros arranjos familiares como: famílias monoparentais e as famílias reconstituídas. Dito isso, compreende-se claramente, a partir dos estudos realizados e autores consultados que essa mudança de padrões existe, e cada vez está mais forte e sendo mais aceita na sociedade brasileira.

### **1.1 Família, Novos Arranjos Familiares e suas Tipologias.**

Conforme as modificações na sociedade foram se desenvolvendo, novos modelos familiares foram surgindo e a família nuclear foi aos poucos deixando de ser dominante, sendo hoje encontradas múltiplas estruturas familiares na sociedade.

De acordo com o último censo demográfico do IBGE<sup>8</sup> (2010), as diferentes estruturas familiares já ultrapassaram em 50,1% as famílias nucleares. Apesar desse aumento, não se quer dizer que a família nuclear está sendo eliminada. Na verdade o que vem acontecendo é o surgimento de novos arranjos. Por esse motivo não se pode considerar neste trabalho um único conceito de família, e assim como (NEDER, 1994:26) ratifica o termo correto: “famílias no plural buscando compreender a multiplicidade étnico-cultural que embasa a composição brasileira”. Verifica-se que não existe um único modelo e sim diversas formas familiares e nem mesmo modelos corretos ou errados de famílias. O IBGE (2010), no seu último censo demográfico, listou 19 tipos de parentesco encontrados no Brasil. Ressalta-se que existe uma grande mudança na composição familiar, nas relações de parentesco e também nas relações sociais que ocasionaram a formação de não somente uma, mas de “novas famílias<sup>9</sup>”.

---

<sup>8</sup> Encontramos essa afirmação além do site do IBGE no jornal O Globo na matéria intitulada “Pai, mãe e filhos já não reinam mais nos lares” de 25/08/2012 – acesso em 09/09/13 - <http://oglobo.globo.com/economia/pai-mae-filhos-ja-nao-reinam-mais-nos-lares>

<sup>9</sup> Segundo Robert Slenes. “Em Lares Negros, olhares Brancos: histórias da família escreva no século XIX”, revista Brasileira de Historia, n. 16, São Paulo: Marco Zero/ANPUH,1998; IN: NADER, G, CERQUEIRA, G. Família, poder e controle social: Concepções sobre a família no Brasil na passagem à modernidade,2004 “Serão consideradas novas famílias todo processo de mudança na organização familiar como divórcio, nova parentela oriundas de filhos de outros casamentos que implique a modernidade recebe esse nome.”

Buscando uma melhor compreensão do assunto, serão classificados alguns modelos de famílias encontrados atualmente. Diz-se alguns, porque os modelos encontrados são tantos e como ressalta Collange, (apud JOSÉ FILHO e OLIVEIRA, 2009:67): “Tornou-se impossível classificar e principalmente julgar os bons e maus planos de família”. Antes de relacionar essas estruturas, pretende-se demonstrar alguns tipos familiares classificados por autores que estudam a temática. Para Kaslow, (apud SZYMANSKI, 2002:10) menciona a existência de nove tipos familiares:

“Família Nuclear: incluindo duas gerações, com filhos biológicos; famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; famílias adotivas temporárias (Foster); famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais; casais; famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; casais homossexuais com ou sem crianças; famílias reconstituídas depois do divórcio; várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.”

Analisa-se também a classificação oferecida no trabalho desenvolvido por (SOUZA e PERES, 2002 apud LEGNANI, s/ano: 02) onde eles identificam treze desenhos familiares, são eles:

“Nuclear Simples, formada por um casal e seus filhos; Mononuclear, constituída por um casal sem filhos; Monoparental Simples, a qual pode ser feminina ou masculina e é organizada em torno de uma figura que não tem companheiro residindo na mesma casa, podendo ou não residir com os filhos; Nuclear Extensa, família nuclear com agregado adulto co-habitando; Nuclear com Avós Cuidando de Netos, casal de avós que cuida de netos com menos de 18 anos; Nuclear; Reconstituída, casal cujo um ou ambos os cônjuges já tiveram outra união anterior, podendo ter filhos ou não; Nuclear com Crianças; Agregadas, família nuclear cuidando de crianças que não são filhos; Monoparental com Crianças Agregadas, família monoparental que cuida de crianças que não são filhos; Monoparental Extensa, família monoparental com agregado adulto residindo na mesma casa; Atípica, indivíduos adultos e/ou adolescentes co-habitando sem vínculos sanguíneos, incluindo também pessoas que moram sozinhas e casais homossexuais.”

Algumas das composições familiares encontradas, mais especificamente no século XXI podem ser denominadas de família nuclear, família patriarcal, família monoparental, casais sem filhos; famílias unipessoais, famílias extensas, família homoafetiva, famílias consensuais, famílias por associação. Não se deve omitir as famílias com avós como referência<sup>10</sup> familiar que são tão comuns na sociedade e ainda a família objeto deste estudo que são as reconstituídas.

Sabe-se que a família possui uma diversidade de formas, conceitos e também de significados. Com base nesta afirmação, buscar-se-á fazer uma breve análise do termo

---

<sup>10</sup> Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012) O termo chefe de família caiu em desuso, sendo hoje representado pelo termo “pessoa de referência” ou “pessoa responsável”.

“família”. Engels, (apud SIERRA, 2011:25) nos informa que esse termo surgiu da palavra “*famulus*” significando “escravo doméstico”, sendo considerado na época dos romanos um “conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem”. Para (PRADO, 1981:07) “família são pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção”.

O que se deve ter em mente é que hoje, porém essa palavra ganhou novos significados e valores, é importante compreender esse termo como algo maior que um conjunto de pessoas.

Neste sentido o IBGE entende a palavra família como:

“conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar, domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo” (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996).

Outra autora que traz luz a esse debate é (MIOTO, 1997:120) quando define a família como “núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos”.

Nessa direção (SZYMANSKI, 2002:09) enxerga a família como uma “associação de pessoas que escolhem conviver por razões afetivas e assumem um compromisso de cuidado mútuo, e se houver criança, adolescentes e adultos”.

A Constituição Federal do Brasil oferece elementos para essa temática caracterizando a família como: “base da sociedade; tem especial proteção do Estado. (...) é uma comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes.” (CF: 1988, Cap. VII, art. 226, §4º).

Ressalta-se também a classificação oferecida pela (NOB/SUAS, 2005:23) que define a família como “núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional”. Relevante é considerar também o conceito de família segundo o Programa Nacional de Assistência Social (2004:25) “o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade”. Para finalizar o conceito da palavra família, segundo o dicionário (LAROUSSE 2005): “grupo de pessoas ligadas entre si por laços de casamento ou de parentesco”.

É fato que essa palavra consiste em uma infinidade de conceitos e opiniões, e não é objetivo desta obra julgar qual seria o conceito correto de família. Pretende-se somente conhecê-los na tentativa de não julgar tão diversificadas as estruturas familiares. Não importa de qual tipo familiar se faça parte, ele é o lugar onde todos os integrantes têm direito a igualdade e a proteção social (SIERRA, 2011). Neste aspecto (SAMARA, 1995) oferece complemento dividindo os papéis familiares em socialização, identificação social, reprodução e funções econômicas.

Complementando, família é o conjunto de pessoas que se relacionam entre si, podendo apresentar uma diversidade de modelos familiares, e na maioria das vezes, residem em um mesmo lar, todos têm direito a pertencer a algum tipo familiar sem distinção. Sintetizando “família é gente com quem se conta” (ONU,1993 s/p), é aquele em quem se pode confiar e contar nas horas boas e más.

## **1.2 “Os meus os seus e os nossos...” - a construção das famílias reconstituídas.**

Após toda explanação sobre a trajetória das famílias e as suas configurações pretende-se ater, neste momento, a um tipo familiar existente na sociedade contemporânea: as “famílias reconstituídas”. Existem diversas denominações para essa estrutura familiar tais como: “famílias reconstituídas”, “famílias recompostas”, “famílias recombinadas”, “famílias mosaicos”, “famílias agrupadas”, “famílias mistas” entre outras designações. Neste estudo opta-se por usar a denominação famílias reconstituídas por significar a constituição de uma nova família e não uma nova composição da antiga. Assim, (GRISARD, 2007 apud GOUVEIA, 2010:47) elucida com a seguinte afirmação: “no sentido de ser à base de uma nova família e pela dissolução da precedente. Não no conciliar como, denota o verbo compor, do qual deriva a denominação família recomposta”.

As famílias reconstituídas são aquelas que têm como base uma nova constituição familiar onde uma das partes ou ambas já teve outros relacionamentos anteriores e que, porventura, acabaram passando por uma separação ou divórcio, além disso devem possuir pelo menos um filho ou mais da relação anterior. Estas famílias convivem com irmãos, meio irmãos, padrasto, madrasta, tias, avós, quase irmãos, entre outras pessoas que acabam configurando o seio familiar em muitas das vezes.

Esse modelo, segundo Gouveia, (2010), até o final do século XX, era constituído em sua maioria com a formação de um novo casamento depois que o cônjuge ficava viúvo ou viúva. O surgimento da lei 6.515/77 trouxe a autorização do divórcio o que acabou causando

a possibilidade de ruptura do vínculo entre os casais, permitindo aqueles que estavam em relações já desgastadas, poderem viver novos relacionamentos, garantindo a possibilidade do indivíduo recomeçar a sua vida ao lado de um novo afeto, novas aspirações e formar uma “nova família”, novas relações e novos filhos.

O IBGE nos oferece informações complementares sobre o assunto mostrando, em pesquisa realizada em 2010, que a taxa do divórcio quase dobrou em 10 anos. A pesquisa identificou que o percentual de divorciados aumenta de 1,7% em 2000 para 3,1 % em 2010. Isso acaba por gerar um aumento na formação de novos casamentos e a constituição do aumento das famílias reconstituídas.

O Censo 2010 veio trazendo um dado que ainda não havia sido analisado que é a porcentagem dos lares habitados por casais com filhos com a presença de filhos anteriores ao seu relacionamento atual. Essa pesquisa analisou que (16,2%) são de “famílias reconstituídas”. Segundo Hintz (2001) esse arranjo familiar não é um fato novo, porém, ele vem apresentando uma maior ampliação devido ao crescimento dos recasamentos realizados em toda a sociedade contemporânea. Diante desta perspectiva é importante ressaltar: “As estatísticas sobre as famílias são consideradas ferramentas importante para o conhecimento do comportamento das famílias, além de fornecer informações essenciais para o delineamento de políticas públicas” (IBGE, 2010).

Esse modelo familiar tem uma ampliação do sentimento de família. Mais pessoas são acrescentadas no núcleo familiar como madrasta, padrasto, tios, primos, meio irmão, outras avós e deve-se ter em mente que a formação desta família precisa acontecer de forma lenta e gradual. Além disso, é imprescindível uma maior disponibilidade de todos os envolvidos, pois por ser uma família formada recentemente, ela pode gerar desentendimentos, ciúmes, disputas entre os membros que estão se conhecendo e aprendendo quais serão os seus novos papéis dentro desta família que surge. Porém, como esclarece Hintz (2001:16) “devemos ter presente que, mesmo com os impasses que esta família enfrenta, nem sempre, ela será conflituada ou com tendências a se dissolver”.

O aumento das famílias reconstituídas vem sendo de forma gradual, porém é de suma importância encontrar títulos corretos para identificar essas famílias na sociedade. (GOUVEIA, 2010:47), nesta mesma ordem de ideias, chama atenção para a importância da criação de nomenclaturas que identifiquem as estruturas familiares e não considerarem somente famílias. Para a autora seria uma forma de “conduta social de ocultamento e não

discrimina as diferenças relacionadas com a especificidade dos novos vínculos tanto social, afetivo e jurídico”.

Por esse motivo deve-se buscar encontrar formas de identificar as novas estruturas familiares para não agir de forma equivocada, buscando compreender a individualidade das famílias e dos novos arranjos familiares existentes na contemporaneidade. Bilac (1995), nesta mesma linha, atenta para a necessidade de criar denominações para a classificação dos novos papéis e parentescos que estão surgindo na sociedade contemporânea.

### **1.3 Da teoria a prática: a atuação do Serviço Social com os novos arranjos familiares, e os seus desafios.**

Falar de famílias e não falar da atuação do Serviço Social na contemporaneidade não seria correto, pois a família é a principal fonte de intervenção profissional do assistente social. Podemos confirmar essa temática a partir dos esclarecimentos de (NADER, apud MIOTO, 1996:02) “os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda a sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos, e em outros a tiram de cena”.

Para (MIOTO, 1997:128) deve-se perceber as “famílias de diferentes formas, em diferentes espaços de tempo, em diferentes lugares, além de percebê-las como diferentes dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo”. Para a autora a família deve ser vista sempre em transformação e é sobre essas mudanças que o Serviço Social vem atuando com as famílias. Diversas são as configurações familiares onde o profissional está inserido na contemporaneidade e deve estar atento também em conhecer e além de tudo compreender as diversas estruturas familiares existentes na sociedade, tendo constante preocupação em não julgar, e acima de tudo respeitar as famílias atendidas pelo profissional.

Gueiros, (2002) nesta mesma linha de ideias, coloca que é de suma importância o profissional do Serviço Social conhecer a família na contemporaneidade, sempre compreendendo o seu papel e a forma na qual está inserida na sociedade para dar um atendimento de qualidade, buscando formas efetivas de proteção social que atendam as mais diversas formas familiares e não apenas a um único tipo familiar.

Mioto (2010) identifica que o objetivo principal de intervenção do Serviço Social deve partir da identificação das dificuldades familiares, buscando sempre a possibilidade de uma mudança social, trabalhando de forma que as famílias encontrem os recursos necessários para

o seu desenvolvimento social na busca por uma qualidade de vida. A autora chama atenção para uma “nova forma de pensar a família e trabalhar a família”. Na busca por uma análise investigativa, entendendo que a demanda posta não é somente dos indivíduos ou da família, ela deve ser vista como uma consequência também das desigualdades sociais que é agravada com a ascensão do capitalismo. (MIOTO, 2010:165).

O profissional com um trabalho investigativo poderá contribuir de forma importante para a reflexão, avaliação e implementação de programas que possam contribuir para um melhor desenvolvimento e emancipação das famílias atendidas pelo assistente social. Esse trabalho investigativo pode ser identificado em um dos onze princípios fundamentais encontrado no Código de Ética Profissional (1993) “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o compromisso intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Outra autora que debate sobre a atuação do assistente social na contemporaneidade é Yamamoto (2009). A autora citada coloca, que o Serviço Social deve estar comprometido em ter um trabalho com qualidade, prestando atenção para as modificações que ocorrem na sociedade, buscando repensar e recriar formas de atendimento voltadas para a defesa da universalidade, pautando a sua atuação no seu projeto ético político e no interesse da população e das famílias. Ela também destaca que “um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é ser um profissional propositivo e não executivo”. (IAMAMOTO, 2009:20).

Ao analisar o crescimento dos novos arranjos familiares cabe ressaltar também a análise de (JOSÉ FILHO e OLIVEIRA, 2009:67) no trabalho do assistente social na contemporaneidade se faz necessário que o profissional tenha sua atuação liberta de preconceitos, não possua uma visão restrita ou fantasiada de padrões familiares, pois como colocam os autores “família é família em qualquer situação de configuração, seja ela agradável ou não ao profissional que irá atuar com a mesma”. Sendo assim, o assistente social precisa respeitar, compreender, e além de tudo, conhecer todos os tipos familiares, libertando-se de ações limitadas de um padrão familiar ideal.

A inquietação dos autores supracitados pode ser confirmada com o (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993:34) do assistente social que coloca como princípios fundamentais o “*Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças*”. Coloca

também como princípio um *“Exercício sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física”*.

A visão ampliada do conceito de família vai permitir ao assistente social superar a referência da família única (baseado no modelo nuclear: pai, mãe e filhos), obtendo assim a compreensão dos tipos familiares existentes, possibilitando um atendimento de qualidade, viabilizando acesso a informações, orientando quanto aos seus direitos, trabalhando sempre com uma visão de fortalecimento das famílias e emancipação dos mesmos.

É importante frisar que trabalhar com famílias é a todo o momento desafiante, pois aparecem barreiras frequentemente. Deve-se conseguir superar os obstáculos através de um trabalho baseado em estudos constantes, analisando as demandas e sempre levando em consideração o Código de Ética Profissional, um referencial teórico-metodológico para orientar as ações. Além disso, é relevante lembrar o projeto ético político sempre pensando na forma de emancipar essas famílias.

#### **1.4 Breve contextualização das instituições onde atuam as assistentes sociais entrevistadas.**

Propõe-se agora caracterizar um pouco as instituições onde estão inseridas as assistentes sociais que participaram da pesquisa. Estas instituições são da área da assistência social localizadas nos seguintes bairros do município do Rio de Janeiro: Tijuca, Vila Isabel, Grajaú e Rio Comprido. São elas: Centro Comunitário Lídia dos Santos – (CEACA VILA); Associação de Assistência às Causas Sociais - (AACS- VILA ISABEL) e o Centro de Referência de Assistência Social - (CRAS) – Unidade Tijuca, Unidade Rosani Cunha, Unidade Presidente Itamar Franco, Unidade Germinal Domingues.

#### **Centro Educacional de Ação Comunitária da Criança e do Adolescente Lídia dos Santos (CEACA VILA)<sup>11</sup>.**

A instituição sem fins lucrativos CEACA VILA nasceu de uma mobilização comunitária nos anos 1970. Sua fundadora Anna Marcondes Faria deu início ao seu trabalho quando percebeu a necessidade de ajudar um grupo de mães que precisavam trabalhar e não havia quem cuidasse de seus filhos. A partir desta necessidade ela desenvolve o projeto de

---

<sup>11</sup> Informações retiradas do site: <http://blogdoceacavila.wordpress.com> - acesso em 12/10/2013.

uma creche com o propósito de assistir este grupo de mães, e com isso nasce a Creche Patinho Feliz em 1978, onde as mães que precisassem trabalhar poderiam deixar seus filhos.

Depois desse projeto o CEACA VILA não parou mais de crescer, ele oferece não só às crianças, mas também aos jovens adolescentes e adultos da comunidade do Morro dos Macacos atividades culturais, profissionalizantes, sócioeducativas e esportivas. O CEACA VILA através dos seus trabalhos com pessoas que vivem em área de risco social busca transformar vidas e cultivar multiplicadores. Esta ação comunitária tem como objetivo, gerar esperança por uma vida com maiores oportunidades, contribuir para a promoção social, uma maior qualidade de vida, sempre preocupada com o fortalecimento das políticas públicas dos direitos das crianças e adolescentes das comunidades de baixa renda.

### **Associação de Assistência às Causas Sociais – (AACS) - Vila Isabel<sup>12</sup>**

A Associação de Assistência às Causas Sociais – (AACS) foi criada, em 1956, por um grupo de familiares e amigos que buscavam um atendimento de qualidade para as crianças com deficiência auditiva. A associação é uma instituição sem fins lucrativos, não governamental e de grande reconhecimento na área de reabilitação e assistência social por ser uma instituição honesta e íntegra no atendimento à pessoas com deficiência com diferentes graus e síndromes diversas.

Tem o seu reconhecimento não somente na região onde está localizada em Vila Isabel, mas também na utilidade pública Municipal, Estadual e Federal. Devido ao seu crescimento e reconhecimento, em 2009 a (AACS) Associação de Assistência a Criança Surda deixa de ter esse nome e passa a ser chamada de Associação de Assistência às Causas Sociais, tornando-se um atendimento mais ampliado e passando a atender crianças e jovens com deficiência e/ou transtorno e/ou em situação de risco e vulnerabilidade social, incluídos também jovens das comunidades próximas à instituição. O objetivo da instituição está voltado para a formação de usuários e também os seus cuidadores conscientes, centrados em princípios nobres, voltados para a emancipação do sujeito, proativos, criação de novos hábitos e reconhecimento do seu papel na sociedade.

### **Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS)<sup>13</sup>**

---

<sup>12</sup> Informações retiradas do site: <http://www.mrr.org.br> - acesso em 12/10/2013.

<sup>13</sup> Informações retiradas do site: <http://www.mds.gov.br> - acesso em 13/10/2013, e das Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. 1ª EDIÇÃO – Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2009 72p.

O Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS) é unidade pública estatal descentralizada, com a finalidade de executar os serviços de proteção social básica, voltados para a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza extrema ou da fragilização dos vínculos familiares. É responsável também por organizar e coordenar a rede de serviços sócioassistenciais locais da política de assistência social. Sempre trabalhando com ações ou atividades que alcancem todo grupo familiar na intenção de reforçar o papel da família, além de prevenir situações de risco social, buscando o fortalecimento dos vínculos internos e externos existentes e a ampliação dos direitos e da cidadania.

## **2. A PESQUISA E SEUS RESULTADOS.**

Apresenta-se a pesquisa de campo realizada com 10 assistentes sociais que exercem a profissão realizando atendimento com famílias. Vale ressaltar que o critério de escolha dos profissionais entrevistados foi o território, ou seja, esses profissionais atuam no município do Rio de Janeiro, nos bairros da Tijuca, Grajaú, Vila Isabel e Rio Comprido sendo de diferentes instituições.

A natureza deste estudo foi de caráter qualitativo, porém considerando dados quantitativos advindos do levantamento de elementos secundários. A coleta de dados foi realizada através de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas com o objetivo de conhecer como as assistentes sociais vêm atuando, e como definem o conceito de família na contemporaneidade, já que possuem um trabalho que comporta diversos arranjos familiares.

Pretendeu-se com essa pesquisa identificar as novas configurações familiares existentes na sociedade, e se esta pluralidade familiar vem gerando desafios e quais seriam esses desafios para o trabalho do Serviço Social.

A finalidade deste estudo é contribuir para o conhecimento de uma nova realidade social onde a família se insere, independentemente de como ela se apresenta. Objetiva-se ainda facilitar a mudança de paradigma, a compreensão e a inclusão de novos estudos dentro desta temática.

As questões levantadas foram com o propósito de conhecer dentro de um pequeno universo de uma mesma área geográfica, como o Serviço Social entende o conceito de família e sua atuação com os novos arranjos familiares, se existem e quais são os desafios para o assistente social no trabalho com famílias reconstituídas entre outros questionamentos.

Pode-se perceber, nas entrevistas concedidas, que as profissionais encontram-se na faixa etária entre 30 a 55 anos, sendo 04 assistentes sociais de 30 a 40 anos, 04 entre 41 a 50 anos e apenas 02 das entrevistadas estão acima dos 50 anos de idade.

Outro ponto demonstrado na pesquisa é o local onde as assistentes sociais fizeram a sua graduação em Serviço Social, sendo em sua maioria profissionais formadas em instituições públicas (Estadual e Federal).

Pode-se constatar neste estudo que os profissionais do Serviço Social entrevistados estão preocupados com sua constante atualização. Verifica-se que 07 das profissionais que responderam o questionário, já fizeram ou estão cursando alguma outra capacitação. E apenas 03 ainda não fizeram outras especializações devido ao pouco tempo de formadas, porém pretendem fazer um novo curso voltado para a sua área de atuação em breve. O que pode confirmar que seu trabalho vem seguindo o que é proposto pelo Código de Ética (1993) da profissão que coloca o aprimoramento intelectual constante, para um atendimento de qualidade do seu trabalho para com o usuário.

Pode-se encontrar nas instituições onde atuam as profissionais entrevistadas diversos tipos familiares. Segundo os questionários aplicados no Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS), são atendidos todos os arranjos familiares da contemporaneidade, sendo mais de 100 famílias atendidas em cada uma das unidades. Os arranjos familiares estão divididos em: família nuclear, família monoparental, famílias reconstituídas, famílias homoafetivas, avós como referência familiar e casais sem filhos. Nos casais sem filhos algumas assistentes sociais dizem atendê-los, porém com inexpressiva frequência.

Com relação às famílias homoafetivas<sup>14</sup>, o atendimento é aproximadamente de 01 a 30 famílias divididas nas 04 unidades CRAS, e na instituição AACS é de 1 a 5 famílias; Já na ONG CEACA VILA não existem famílias com esse perfil até o momento da entrevista.

Diferente do caso anterior, as assistentes sociais foram unânimes em afirmar que existem na instituição onde trabalham avós como referência familiar. Nesta estrutura familiar as assistentes sociais informaram que na ONG CEACA VILA e na AACS seu quantitativo fica em torno de 12 a 20 famílias atendidas. Nas unidades CRAS Tijuca e Presidente Itamar Franco (Grajaú) a quantidade de atendimento é aproximadamente entre 21 a 31 famílias,

---

<sup>14</sup> Segundo as assistentes sociais e com base nos seus atendimentos o número de famílias explicitadas a seguir, é baseado em uma estimativa, pois devido ao grande número de famílias atendidas nas instituições citadas não é possível quantificar com exatidão os tipos familiares atendidos por elas.

enquanto que na unidade CRAS Rosani Cunha (Vila Isabel) este número está acima de 40 famílias. Pode-se analisar que este tipo familiar mostrou-se bem mais expressivo na região de Vila Isabel e vem tendo aumento considerável em outras regiões pesquisadas.

Em relação às famílias monoparentais a quantidade é bem expressiva em quase todas as instituições pesquisadas. Quanto a esta composição familiar a assistente social da instituição CRAS Germinal Domingues ressaltou que 90% das famílias atendidas são deste tipo familiar e apenas 10% são divididos entre os demais arranjos familiares. Na instituição CEACA VILA a média pesquisada para este tipo familiar é próximo de 12 a 20 famílias; É importante frisar que o atendimento mensal de famílias atendidas pela ONG é de 30 a 50 famílias. Já nas unidades CRAS Tijuca, CRAS Rosani Cunha e na AACS a quantidade de famílias monoparentais é de aproximadamente de 21 e 31 famílias, na unidade CRAS - Presidente Itamar Franco, também foi apresentado um grande número desta composição familiar, sendo atendidas mais de 40 famílias com essa estrutura.

Apesar dos diferentes arranjos familiares existentes na sociedade, o arranjo familiar nuclear ainda responde por um expressivo atendimento em algumas instituições pesquisadas. Nas unidades CRAS – Rosani Cunha e Presidente Itamar Franco, podemos encontrar mais de 40 famílias com este perfil. Verificou-se, com a pesquisa, a diminuição da quantidade no atendimento de famílias nucleares nas entrevistas apresentadas. Esta informação é confirmada através da quantidade de famílias com este modelo familiar apresentada nos questionários, pois, na instituição CRAS Tijuca e na AACS este número diminui para 12 a 20 famílias e diminui também na próxima instituição, CEACA VILA para 6 a 11 famílias atendidas, chegando atingir de 1 a 5 atendimentos esse perfil no CRAS – Germinal Domingues.

Quanto ao atendimento de famílias reconstituídas, verificou-se que o seu aparecimento, nestas instituições, ainda não é de grande dimensão. No entanto, pode-se notar que este tipo familiar já existe e está crescendo, a cada dia. Verifica-se que nas instituições CRAS Presidente Itamar Franco e Rosani Cunha atendem mais de 40 famílias com esse perfil. No CRAS Tijuca ela apresentou um quantitativo entre 21 e 31 famílias e apenas nas ONGS CEACA E AACS essa estrutura familiar ainda apresenta um baixo número deste tipo familiar, ficando entre 12 a 20 atendimentos.

Pode-se observar na pesquisa que a distribuição dos tipos familiares atendidos nas 06 instituições, onde as assistentes sociais entrevistadas trabalham, são proporcionalmente distribuídos entre famílias nucleares, famílias monoparentais, reconstituídas e avó como referência familiar. Com menor participação nos atendimentos encontram-se a família homoafetiva, e mais raro ainda, os casais sem filhos.

Destaca-se que 06 das 10 assistentes sociais entrevistadas realizam o atendimento de forma interdisciplinar<sup>15</sup>.

Esse trabalho interdisciplinar é reforçado e aconselhado pela (ABEPSS, apud FRAGA, 2010:50), na proposta de Diretrizes Gerais para o Curso do Serviço Social, indicando a importância do trabalho interdisciplinar para o projeto profissional. O que se constata é que as assistentes sociais vêm utilizando essa forma de trabalho recomendada no início da sua formação profissional. Algumas assistentes sociais relataram, também, que o trabalho começa da forma interdisciplinar e caminha na direção do trabalho multidisciplinar. E com relação ao modo transdisciplinar, algumas delas esperam poder participar deste modelo de trabalho em breve.

Com o intuito de compreender como as assistentes sociais percebem o conceito de família, com tantos arranjos familiares existentes em nossa sociedade, e por se tratar de um tema tão complexo, foi perguntado às entrevistadas como na condição de profissionais o que elas entendem por família. Elas foram unânimes em afirmar que o conceito de família é visto de forma ampliada. Trabalham na percepção de referência familiar, isto é, a pessoa responsável, aceitando as mais diversas formas que lhes são apresentadas. As famílias podem residir ou não na mesma casa, e também devem ser consideradas as regras, as legislações existentes e as condicionalidades dos programas que são oferecidos nas instituições onde elas trabalham.

Resumindo, o que foi analisado na pesquisa família, para elas é: “*grupo de pessoas que se amparam, ligadas por laços afetivos, consanguíneos, de solidariedade, lugar de constituição de valores, de ajuda mútua, cooperação, compartilhando regras e às vezes dependência econômica*”. Sua visão sobre família vai além do modelo imposto de família nuclear, considerando todos aqueles que têm laços de afeto, as escolhas individuais de cada usuário, as uniões entre outros aspectos existentes em todo o contexto social, emocional e histórico de cada indivíduo.

Destaca-se, também neste estudo a forma como as profissionais entrevistadas estão trabalhando com os diversos tipos familiares. Percebe-se que o trabalho delas está visando

---

<sup>15</sup> Interdisciplinaridade: envolve outras disciplinas, sua particularidade e a articulação entre as mesma em prol de um benefício comum sendo preservado os interesses de cada disciplina; Multidisciplinaridade: envolve mais de uma disciplina, cada disciplina envolvida mantém seu método. Não existe integração com as outras disciplinas. Busca a solução de um problema imediato sem se aprofundar no que está implícito; Transdisciplinariedade: etapa superior de integração onde não existem fronteiras sem preciosismo entre as disciplinas envolvidas. Enfatizando que nenhum saber é mais importante que o outro. in: <http://www.slideshare.net> - acesso em: 23/10/2013.

uma inclusão social destes modelos familiares, sempre respeitando as diferenças, suas particularidades e individualidades, pois famílias existem de vários tipos tendo cada uma sua forma singular de existir.

Sendo um trabalho com ênfase na escuta, o saber ouvir mostrou-se muito importante para essas profissionais, com autonomia para reconhecer as demandas de cada família e quais são as formas corretas de solução para cada caso. Outro fator bem relevante comentado pelas assistentes sociais, foi a importância do acolhimento e do acompanhamento constantes das famílias que estão num processo mais fragilizado, buscando redes de apoio e sempre tolerante com todos os tipos familiares, não existindo para elas modelos pré-programados. Outro detalhe observado é que as assistentes sociais vêm atuando com o comprometimento ético, e com respeito aos usuários nestas instituições.

Na questão dos desafios para o trabalho do Serviço Social com as famílias reconstituídas, foi perguntado a elas quais seriam esses. Das 10 assistentes sociais, apenas uma delas não respondeu essa questão. Já as outras profissionais encontraram diversos desafios sendo os mais citados: “a inexistência e inadequação de condições materiais, físicas e psicológicas no âmbito familiar”; os conflitos entre os novos companheiros, pois nem sempre a família considera esse novo (a) integrante parte dela. A troca constante de companheiro, para algumas assistentes sociais, influencia de modo negativo o desenvolvimento destas famílias; falta de documentação legal das famílias também pode gerar uma maior atribuição para o trabalho do Serviço Social; mas o ponto de maior destaque foi que o desafio está em responder às demandas das famílias de uma forma geral, sendo elas de qualquer origem e estrutura familiar. Nesta análise algumas consideram de suma importância fazer uma “investigação social mais detalhada, visando atualização das mudanças sociais, a fim de compreender e identificar as demandas e os instrumentos” que possam auxiliar tanto no trabalho das profissionais, como na resposta aos pleitos das famílias.

Com relação aos conflitos existentes nas famílias reconstituídas, foi verificado que, das cinco assistentes sociais que disseram não existir conflitos familiares, o que realmente elas explicitaram foi que as situações conflitantes são parecidas, ou são as mesmas que nas famílias tradicionais (nuclear). Já as outras quatro visualizam problemáticas bem evidentes como: abuso sexual de criança, cometida pelo padrasto, abandono dos filhos por parte da mãe ou do pai das relações anteriores, conflitos de relacionamento entre as novas famílias que estão sendo formadas e a anterior, o convívio entre filhos ou enteados, dificuldade de aceitação do indivíduo, principalmente quando se trata de adolescente, e certa dificuldade em administrarem seus próprios conflitos.

Pode-se concluir que nesta pesquisa os profissionais entrevistados, independentemente de sua idade, sendo formados por uma instituição pública ou privada, percebem a família de forma plural e ampliada. Com relação às diversas estruturas familiares ficou claro, que a família nuclear já não é mais o único tipo familiar, encontrado em nossa sociedade e no atendimento do Serviço Social. Hoje na região pesquisada essa distribuição vem sendo bem equilibrada entre família nuclear, família monoparental, família reconstituída e avó como pessoa de referência mais especificamente.

### **Considerações Finais.**

Debater sobre o tema família é sempre uma grande experiência, pois, por se tratar de um objeto de diversas análises, este é um assunto que não consegue ser esgotado. A partir do estudo da temática família pode-se compreender diversos aspectos que ficam tão próximos dos nossos olhos e que não são percebidos no dia a dia. Por este motivo escolheu-se pesquisar este tema no trabalho de conclusão de curso.

Um fragmento muito importante no século XX para as transformações familiares se apoia nas conquistas e alterações de algumas leis. Destaca-se a lei do divórcio em 1977, que criou a possibilidade de novas núpcias, fazendo com que ao longo do tempo as famílias se tornassem um grande mosaico. Importante também a ampliação do sentido da palavra família, e a igualdade de direitos incluídos na Constituição Federal brasileira de 1988.

A partir de todas as modificações ocorridas, a família foi a cada momento histórico mudando um pouco mais o seu modo de existir, trazendo para as famílias novas características e novas estruturas. Com isso, as famílias são encontradas nas mais diversas composições, abandonando uma única forma de família.

No estudo ficou claro que diversos são os arranjos familiares encontradas na sociedade, o que é ratificado por (MIOTO, 2011). Para a autora o “correto é usar o termo famílias”, devido a sua variedade de modelos. Constatou-se também nas últimas estatísticas, que os novos tipos familiares crescem a cada dia, e a família nuclear já não é a única forma encontrada na sociedade.

Analisou-se os diversos significados do conceito de família, chegando-se a conclusão que nos últimos tempos considera-se família uniões por laços sanguíneos, de afetos, de solidariedade, de ajuda mútua, de amizade, por adoção entre outras formas e sentimentos.

Deve-se perceber que a família é única e não há um padrão determinado e certo para representá-la.

Buscou-se contribuir neste estudo com um novo pensar sobre a família, pois ela hoje já não é aquela formada apenas por pai, mãe e filhos. Hoje a família se agrupa das mais variadas formas. Chama-nos atenção para a inclusão de estudos com essa temática no Serviço Social, pois família ainda é algo pouco discutido. Nesta área temos como referência principalmente os estudos de Regina Célia Miotto<sup>16</sup> que ressalta a necessidade do profissional do Serviço Social de se debruçar sobre o tema para um atendimento de qualidade.

Ao concluir este estudo percebe-se que o assunto não se esgota, mesmo porque ele supõe diferentes análises, mas entende-se que é imprescindível defender que as ações voltadas à família devam ultrapassar a visão limitada de um único modelo familiar e que família é família não importa sua formação.

---

<sup>16</sup> Esta discussão é tratada por (MIOTTO, 1997:114) em seu artigo Família e Serviço Social contribuições para o debate. Quando se refere que por “terem a família como objeto de intervenção, são poucos os profissionais que discutem a prática profissional”.

## Referências Bibliográficas

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978/ ano 2012.

BARSTED, L.L. Permanência ou mudança? O Discurso legal sobre a família. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (org.) – **Pensando a família no Brasil**; Rio de Janeiro, p: 103/115 Espaço e Tempo, UFRRJ, 1987.

BILAC, E.D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M.C.B. (org). **A Família Contemporânea em Debate**, 2ª edição, São Paulo. Editora Cortez, 1995,p:29-38.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. In: <http://www.planalto.gov.br> - acesso em 01/09/2013.

CAYRES, E.C.D. **Família Brasileira no Contexto Histórico e Cultural**. In: <http://www.cmddcamacae.rj.gov.br> - acesso em 07/08/2013.

CRESS 7ª Região. **Assistente Social: Ética e Direitos, Coletânea de Leis e Resoluções/ Código Ética do Serviço Social**, 1993. Publicado em– 5ª Edição, vol.1, Rio de Janeiro, 2008.

FRAGA, C. K, **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, p, 40-64. Jan./mar.2010.

GOUVEIA, D.C. **A autoridade parental nas famílias reconstituídas**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – SP. 2010.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas** – São Paulo: Editora de Universidade Estadual Paulista, 1993. - biblioteca básica.

GUEIROS, D.A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p.103-121, set. 2002.

GRISARD FILHO, W. Famílias Reconstituídas. Novas uniões depois da separação. **Ed. Revista dos Tribunais**. São Paulo, 2007

HINTZ, H. C. **Novos tempos, novas famílias? Da modernidade a pós-modernidade**. **Revista Pensando Famílias**, Porto Alegre, n 3 ano 2001.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16ª Edição, Editora Cortez. São Paulo. 2009

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, volume 31. 2010, Brasil. 81

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico. Famílias e Domicílios resultados da amostra**, Brasil. 2010.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2012.

LARROUSSE, **Dicionário da língua portuguesa mini/** {coordenação Diego Rodrigues e Fernando Nuno}. -1ª edição. – São Paulo: Larrousse do Brasil, 2005.

LEGNANI, V.N.; SANTOS, A.J. **Família nuclear: um ideário de proteção contra a violência.** Disponível em: <http://www.abrapso.org.br> - acesso em 17/09/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; Secretaria Nacional de Assistência Social – Sistema Único de Assistência Social – SUAS – **Norma Operacional Básica/ NOB/SUAS. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.** BRASÍLIA, julho de 2005.

MIOTO, R.C.T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista, Londrina**, V. 12, n. 2, jan/jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Texto e Contextos**, vol. 3, nº 1, dez, 2004.

\_\_\_\_\_. Família e Serviço Social contribuições para o debate In: **Revista Serviço Social e Sociedade** - ano XVIII - nº 55 – 2007.

NEDER, G. Ajustando o Foco das Lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.). **FAMÍLIA BRASILEIRA: a base de tudo.** 2 ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1994. p. 26-46

OLIVEIRA, N.H.D. **Família Contemporânea - Recomeçar: família, filhos e desafios.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Disponível para Scielo Books - <http://books.scielo.org> - acesso em 02/10/2013.

\_\_\_\_\_. e JOSÉ FILHO, M. O Trabalho Social Com Famílias: Repercussões, Possibilidades e Desafios. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v.18, n. 2, p.55-80, 2009.

PASSOS, M.C. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família – PUC-SP e UNIMARCO, 2005 In: **Família e casal: efeitos da contemporaneidade /organização:** Terezinha Feres-Carneiro. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

PRADO, D. **O que é família.** 2º edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

QUIRINO, R. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. **Revista Tecnologia e Sociedade** - 2ª Edição, 2012. ISSN (versão online): 1984-3526. acesso em 10/10/2013.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem/** tradução André Telles – Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAMARA, E.M. **A família Brasileira.** 4ª ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1998. 91 p.

\_\_\_\_\_. **Família brasileira: do patriarcalismo colonial ao crescente poder feminino na contemporaneidade.** PUC- RIO, 2002.

SANTOS, R e WIESE, M. L. **A Centralidade da Família nas Políticas Sociais da Assistência Social e Saúde: A Relevância do Debate para o Serviço Social,** s/d.

SARTI, C.A. Famílias Enredadas. In: ACOSTA, A.R; VITALE, M.A.F. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIERRA, V.M. **Família: teorias e debates** – São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, J.K. A e ZACARON, S.S **Família e homossexualidade: uma leitura contemporânea acerca dos direitos sociais**. Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

\_\_\_\_\_. Família e homossexualidade: uma reflexão acerca das configurações da família na contemporaneidade e os Direitos Sociais. In: DUARTE, M. e ALENCAR, M. (org). **Família famílias: Práticas sociais e conversações contemporâneas**. 2ª edição, Rio de Janeiro, 2011. Editora: Lumen Juris, p.169-186.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 9-25, set.2002.